

Hablemos de la Constitución Ecológica

Vamos falar sobre a “Constituição ecológica”

Síntese da sessão N°3/ Resumen Sesión No. 3

7 de julho, 2022

Documento preparado por Fernanda Cuevas e Ornella Otarola

Participantes

Ana Maria Nusdeo (*Universidade de São Paulo*): Bacharel, doutora e livre-docente pela Faculdade de Direito da USP. Foi *visiting scholar* na Universidade de Wisconsin, nos anos de 1996/97, com bolsa da Fundação Fullbright. Tornou-se professora da FDUSP em 1997, sendo desde então responsável pela subárea de Direito Ambiental, disciplina que ministra na Faculdade de Direito, na Escola Politécnica e no Instituto de Química. Foi presidente da Comissão de Cultura e Extensão (2013/2017) e é, desde 2018, vice-presidente da Comissão de Pesquisa da FDUSP. É, atualmente (desde 2017), representante da América Latina no Comitê Diretor da International Union for the conservancy of Nature Academy of Environmental Law (IUCNAEL).

Participantes

Ana Maria Nusdeo (*Universidad de São Paulo*): Licenciada, doctora y docente por la Facultad de Derecho de la USP. Fue *visiting scholar* en la Universidad de Wisconsin, en los años 1996/97 becada por la Fundación Fullbright. Se volvió profesora de la FDUSP en 1997, siendo desde entonces responsable por la sub-área de Derecho Ambiental, disciplina que dirige en la Facultad de Derecho en la Escuela Politécnica y en el Instituto de Química. Fue presidenta de la Comisión de Cultura y Extensión (2013/2017) y es, desde 2018, vicepresidenta de la Comisión de Investigación de la FDUSP. Es, actualmente (y desde 2017), representante de América Latina en el Comité director de la *International Union for the conservancy of Nature Academy of Environmental Law* (IUCNAEL). Fue presidenta del Instituto “El Derecho por un Planeta Verde” (2017/2019), siendo la directora de Biodiversidad.

Foi presidente do Instituto O Direito por um Planeta Verde (2017/2019), sendo a Diretora de Biodiversidade. Vencedora do Prêmio Jabuti (1º Lugar na categoria Direito) em 2013, pelo livro Pagamento por Serviços Ambientais. Sustentabilidade e Disciplina Jurídica (Atlas. 2012).

Carina Costa de Oliveira (Universidade de Brasília):

Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Realizou um pós-doutorado na University of Cambridge - Cambridge Centre for Environment, Energy and Natural Resource Governance (CEENRG); e na Law School - University of Adelaide, Austrália. Possui doutorado em direito internacional na Universidade Paris II-Panthéon Assas. Tem experiência na área de direito internacional e direito ambiental, com ênfase na gestão sustentável dos recursos naturais. Os seus temas centrais atuais de pesquisa são a conservação e o uso sustentável do ambiente e dos recursos marinhos, bem como a litigância ambiental. É líder do Grupo de Pesquisa registrado no CNPq em Direito, Recursos Naturais e Sustentabilidade (GERN-UnB) e bolsista de Produtividade do CNPQ (PQ).

Airton Berger (Universidade de Caxias do Sul):

“Doutor em Direito na Universidade do Vale do Rio dos Sinos UNISINOS (2016), Mestre em Direito pela Universidade de Caxias do Sul UCS (2004), graduado em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul UNISC (2001). Atualmente é professor da Universidade de Caxias do Sul nos cursos de Graduação em Direito e Pós-Graduação em Direito Ambiental. Possui experiência na docência e pesquisa nas áreas de Direito Ambiental, Direito Internacional e Propriedade Intelectual”.

advances the human right to dignity throughout the world through education, advocacy, and consultation.

Ganadora del Premio Jabuti (1º Lugar en la categoría Derecho) en 2013, por el libro “Pago por Servicios Ambientales. Sustentabilidad y disciplina jurídica (Atlas. 2012)”.

Carina Costa de Oliveira (Universidad de Brasília):

Profesora asociada de la Facultad de Derecho de la Universidad de Brasilia. Realizó un postdoctorado en la Universidad de Cambridge, en el *Cambridge Centre for Environment, Energy and Natural Resource Governance* (CEENRG); y en la Facultad de Derecho de la Universidad de Adelaida, en Australia. Posee un doctorado en derecho internacional en la Universidad Paris II-Panthéon Assas. Tiene experiencia en el área de Derecho internacional y Derecho ambiental, con énfasis en la gestión sustentable de los recursos naturales. Sus temas centrales actuales de investigación son la conservación y el uso sustentable de los recursos marinos, como también la litigación ambiental. Es líder del Grupo de Investigación registrado en el CNPq en Derecho, Recursos Naturales y Sustentabilidad y becaria de Productividad del CNPq (PQ)

Airton Berger (Universidad de Caxias do Sul):

Doctor en Derecho en la Universidad del Valle del Rio dos Sinos (UNISINOS)(2016), Magíster em Derecho por la Universidad de Caixas do Sul (UCS)(2004), Licenciado en Derecho por la Universidad de Santa Cruz del Sur (UNISC)(2001). Actualmente es profesor de la Universidad de Caixas do Sul en los cursos de grado en Derecho y postgrado en Derecho Ambiental. Posee experiencia en docencia e investigación en las áreas de Derecho Ambiental, Derecho Internacional y Propiedad Intelectual.

Cumprimentos e introdução

Pilar Moraga é professora titular da Faculdade de Direito da Universidade do Chile e diretora do Centro de Direito Ambiental (CDA) da Universidade do Chile. Ela abriu o evento cumprimentando o público e agradecendo a presença dos participantes internacionais para posteriormente convidar o professor Jorge Aranda para tomar a palavra. O professor Jorge Aranda começa a apresentar os colegas, primeiro a professora Dr. Ana Maria Nusdeo, em segunda ordem, a professora Dr. Carina Costa de Oliveira e finalmente, o professor Dr. Airton Berger. As palestras começam com a exposição do professor Jorge Aranda.

Apresentação da Constituição Ecológica do Chile - Prof. Jorge Aranda

Antes de falar do núcleo ecológico da proposta constitucional, o professor assinala que é preciso entender que muitas coisas aconteceram para obter um projeto de nova constituição no Chile, porém contextualiza - por meio de uma linha do tempo da história do Chile, desde o fim da ditadura até hoje - as numerosas reformas estruturais e outras que, não sendo tão estruturais, levaram a outras reformas mais importantes, que tinha sofrido a constituição chilena de 1980 realizada em ditadura.

Muitas dessas reformas vão desde a legalização dos partidos políticos nos anos 90 até a reforma de 2005 com uma ideia de reforçamento dos direitos económicos e sociais, conhecidos como direitos de terceira geração, como é o caso do “meio ambiente livre de poluição” (e que o professor critica ao assinalar que o meio ambiente já está poluído,

Bienvenida e Introducción

Pilar Moraga es profesora titular de la Facultad de Derecho de la Universidad de Chile y directora del Centro de Derecho Ambiental de la Universidad de Chile. Ella abrió el evento saludando al público y agradeciendo la presencia de los participantes internacionales para posteriormente invitar al profesor Jorge Aranda a tomar la palabra. El profesor Jorge Aranda comienza a presentar a los colegas, primero a la profesora Dra. Ana Maria Nusdeo, luego a la profesora Dra. Carina Costa de Oliveira y finalmente al profesor Dr. Airton Berger. Las exposiciones comienzan con la exposición del profesor Jorge Aranda.

Presentación de la Constitución Ecológica de Chile - Prof. Jorge Aranda

Antes de hablar del núcleo ecológico de la propuesta constitucional, el profesor indica que es necesario entender que muchas cosas ocurrieron para obtener un proyecto de nueva constitución en Chile, por ende, contextualiza por medio de una línea de tiempo de la historia de Chile desde el fin de la dictadura hasta hoy, las numerosas reformas estructurales y otras que, no siendo tan estructurales, llevaron a otras reformas más importantes que ha sufrido la constitución chilena de 1980 creada en dictadura.

Muchas de esas reformas van desde la legalización de los partidos políticos en los años 90 hasta la reforma de 2005 con una idea de reforzamiento de los derechos económicos y sociales, conocidos como derechos de tercera generación, como es el caso del “medio ambiente libre de contaminación” (y que el profesor critica al indicar que el medio

então é um conceito que está sujeito a comentários). O professor mesmo assim fala sobre a reforma constitucional proposta durante o segundo governo da presidenta Michelle Bachelet através de consultas populares e que foi trancado pela transição ao seguinte governo.

Os projetos de reformas nasceram das reclamações sociais advindas da população, como por exemplo, o feminismo, as reformas previsionais, a melhoria do acesso à educação e outras. Entre todas essas estava também a reclamação ambiental. Uma das mais icônicas demonstrações públicas foram os protestos contra o projeto da hidroelétrica no sul do país chamado “Hidroaysén”. Todas essas causas confluíram e explodiram em outubro de 2019. Com as protestas massivas, o plebiscito se configurou como uma saída política para tentar acalmar a situação: primeiro aconteceu o chamado ao plebiscito que permitiria escrever ou não a nova constituição, consequentemente a sua aprovação, e depois a escolha de convencionais constituintes (uma eleição com muitos deles e delas além dos partidos políticos tradicionais e com fortes vínculos às causas sociais e territoriais, e que conformaram um órgão muito heterogêneo e com uma forte reclamação ecológica).

Foi nesse contexto em que foi criada a nova constituição. Em síntese, as origens políticas foram na rua com os protestos, logo no processo constituinte até a redação final do projeto da constituição que tem um forte foco ecológico. Todos estes fatores permitem explicar como é que estamos frente a um projeto de constituição que é julgada por alguns como muito progressista.

ambiente ya está contaminado, entonces es un concepto que está sujeto a comentarios). El profesor también habla sobre la reforma constitucional propuesta durante el segundo gobierno de la presidenta Michelle Bachelet a través de consultas populares y que fue trancado por la transición al siguiente gobierno.

Los proyectos de reformas nacieron de las reclamaciones sociales provenientes de la población civil, como, por ejemplo, el feminismo, las reformas previsionales, la mejoría del acceso a la educación, entre otras. Entre todas esas estaba también la demanda ambiental. Una de las más icónicas demostraciones públicas fueron las protestas contra el proyecto de la hidroeléctrica en el sur del país llamado “Hidroaysén”. Todas esas causas confluyeron y explotaron en octubre de 2019. Con las protestas masivas, el plebiscito se configuró como una salida política para intentar calmar la situación: primero ocurrió con el llamado al plebiscito que permitiría escribir la nueva constitución, consecuentemente su aprobación, y después la elección de convencionales constituyentes (una elección con muchos de ellos y ellas alejados de los partidos políticos tradicionales y con fuertes vínculos a las causas sociales y territoriales, y que conformaron un órgano muy heterogêneo y con una fuerte reclamación ecológica).

Fue en ese contexto en que fue creada la nueva constitución. En síntesis, los orígenes políticos se dieron en la calle con las protestas, luego en el proceso constituyente hasta la redacción final del proyecto de la constitución que tiene un fuerte enfoque ecológico. Todos estos factores permiten explicar cómo es que estamos frente a un proyecto de constitución que es juzgada por algunos como muy progresista.

O professor procede a citar os artigos do projeto da constituição.

Conteúdo da constituição ecológica:

1. O núcleo ecológico da proposta constitucional.

"Artigo 1: O Chile é um Estado social e democrático de direito. É plurinacional, intercultural e ecológico (...) 2. Reconhece como valores intrínsecos e irrenunciáveis a dignidade, a liberdade, a igualdade substantiva dos seres humanos e sua relação indissolúvel com a natureza.

Artigo 8: As pessoas e os povos são interdependentes com a natureza e formam com ela um todo inseparável. O Estado reconhece e promove o bem viver como uma relação de equilíbrio harmonioso entre as pessoas, a natureza e a organização da sociedade.

Artigo 127: A natureza tem direitos. O Estado e a sociedade têm o dever de protegê-los e respeitá-los. 2. O Estado deve adotar uma gestão ecologicamente responsável e promover a educação ambiental e científica por meio de processos permanentes de capacitação e aprendizagem."

No critério do professor, aqui já existe uma mudança de paradigma. A natureza como sujeito de direitos já tinha sido reconhecida no direito comparado, por exemplo no Equador, Colômbia ou Bolívia, mas é uma novidade para o Chile, gerando uma ruptura na lógica tradicional. Depois, continua falando sobre os princípios, direitos e deveres ambientais contidos no projeto constitucional.

Assinala como princípios reconhecidos: progressividade, preventivo ou precaução, justiça ambiental, solidariedade intergeracional, responsabilidade e ação climática justa. Como direitos reconhecidos, o direito humano à água e

El profesor procede a citar los artículos del proyecto de la constitución.

Contenido de la constitución ecológica:

1. El núcleo ecológico de la propuesta constitucional

Artículo 1: Chile es un Estado social y democrático de derecho. Es plurinacional, intercultural y ecológico (...) 2. Reconoce como valores intrínsecos e irrenunciables la dignidad, la libertad, la igualdad sustantiva de los seres humanos y su relación con el medioambiente.

Artículo 8: Las personas y los pueblos son interdependientes con la naturaleza y forman con ella un conjunto inseparable. El Estado reconoce y promueve el buen vivir como una relación de equilibrio armónico entre las personas, la naturaleza y la organización de la sociedad.

Artículo 127: La naturaleza tiene derechos. El Estado y la sociedad tienen el deber de protegerlos y respetarlos. 2. El Estado debe adoptar una gestión ecologicamente responsable y promover la educación ambiental y científica por medio de procesos permanentes de capacitación y aprendizaje.

De acuerdo con el criterio del profesor, aquí ya existe un cambio de paradigma. La naturaleza como sujeto de derechos ya ha sido reconocida en el derecho comparado, por ejemplo, en Ecuador, Colombia o Bolivia, siendo una novedad para Chile, generando así una ruptura en la lógica tradicional. Después, continúa hablando sobre los principios, derechos y deberes ambientales contenidos en el proyecto constitucional.

Indica como principios reconocidos: progresividad, preventivo o de precaución, justicia ambiental, solidaridad intergeneracional, responsabilidad y

saneamento suficientes, saudáveis, aceitáveis e acessíveis, indicando que a nova constituição estabelece que é dever do Estado garanti-los para as gerações atuais e futuras, sendo muito importante expor os episódios de secas que têm ocorrido no Chile. Também é reconhecido o direito a um mínimo vital de energia acessível e segura, o direito a um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado e o direito ao ar limpo durante todo o ciclo de vida.

Explica que como a natureza tem direitos, o Estado e a sociedade têm o dever de protegê-los e respeitá-los. É dever do Estado adotar ações para prevenir, adaptar e mitigar os riscos, vulnerabilidades e efeitos causados pela crise climática e ecológica e o Estado deve promover o diálogo, a cooperação e a solidariedade internacional para adaptar, mitigar e enfrentar a crise climática e ecológica e proteger a natureza. Mesmo assim, o Estado tem um dever especial de custódia sobre os bens comuns naturais, a fim de assegurar os direitos da natureza e o interesse das gerações atuais e futuras, sendo dever do Estado conservar, preservar e cuidar dos ecossistemas marinhos e costeiros continentais, insulares e antárticos, promovendo as diversas vocações e usos a eles associados e assegurando, em qualquer caso, sua preservação, conservação e restauração ecológica.

Com o conceito de bens comuns a constituição está pensando em *Commons*, como uma ideia que vem da economia, da economia do meio ambiente, da ecologia e finalmente dessas colocações da *Public Choice*, e se afasta do conceito doutrinário do bem comum próprio dos códigos civis. Então, na opinião do professor, existe uma coisa que vai ser uma interrogante interpretativa muito interessante sobre o *bem comum* e essa ideia de empréstimo metodológico da economia.

acción climática justa. Como derechos reconocidos, el derecho humano al agua y al saneamiento suficiente, saludable, aceptable y accesible, indicando que la nueva constitución establece que el deber del Estado de garantizarlos para las generaciones actuales y futuras, siendo muy importante exponer los episodios de sequías que han ocurrido en Chile. También es reconocido el derecho a un mínimo vital de energía asequible y segura, el derecho a un medioambiente saludable y ecológicamente equilibrado y el derecho al aire limpio durante todo el ciclo de vida.

Explica que como la naturaleza tiene derechos, el Estado y la sociedad tienen el deber de protegerlos y respetarlos. Es deber del Estado adoptar acciones para prevenir, adaptar y mitigar los riesgos, vulnerabilidades y efectos causados por la crisis climática y ecológica y el Estado debe promover el diálogo, la cooperación y la solidaridad internacional para adaptar, mitigar y enfrentar la crisis climática y ecológica y proteger la naturaleza. De igual manera, el Estado tiene un deber especial de custodia sobre los bienes comunes naturales, a fin de asegurar los derechos de la naturaleza y los intereses de las generaciones actuales y futuras, siendo deber del Estado conservar, preservar y cuidar de los ecosistemas marinos y costeros continentales, insulares y antárticos, promoviendo las diversas vocaciones y usos a ellos asociados y asegurando, en cualquier caso, su preservación, conservación y restauración ecológica.

Como concepto de bienes comunes, la constitución está pensando en *Commons*, como una idea que viene de la economía, de la economía del medioambiente, de la ecología y finalmente de esas colocaciones de la *"Public Choice"*, y se aleja del concepto doctrinario del bien común propio de los códigos civiles. Entonces, en la opinión del profesor, existe una cosa que va a ser una interrogante

Continua falando sobre assuntos conexos. Em relação ao estatuto das águas (onde o Chile é um dos poucos ou quase o único exemplo que criou no passado direitos de aproveitamento das águas como um direito de propriedade perpétua, gerando um mercado de troca de direitos da água, que não funciona sob um regime administrativo de permissões ou concessões, então a mudança deste direito é bastante polémica, mas para alguns é muito necessário considerando o problema das secas já mencionado). Também há uma mudança no estatuto da mineração (que antes da constituição de 1980 estava sob o controle do Estado, mas depois se baseia sobre uma ótica de mercado que permite a mineração de empresas transnacionais com as consequências ambientais relacionadas). Aparecem no novo projeto os direitos da natureza e os direitos dos animais (sendo também um ponto polémico porque na medida que são reconhecidos como seres sencientes são sujeitos de direitos, mas isso gera algumas contradições, por exemplo, no controle de espécies exóticas invasoras com métodos cruéis. Então o professor indica que será preciso aprender da jurisprudência estrangeira, por exemplo, com o caso das *vaquejadas* no Brasil ou o sacrifício de animais que ocorre nas religiões de matriz afro-brasileira, já existem colocações similares). Também o dever de custódia dos ecossistemas e a função social e ecológica da propriedade (já resolvida pela jurisprudência brasileira).

Depois, aborda assuntos da orgânica institucional, mencionando as competências ambientais no nível territorial (de comuna autónoma, o que no Brasil seriam as Prefeituras) e de região autónoma, reconhecendo no projeto constitucional a descentralização (ainda que o Chile seja um país unitário, a proposta constitucional outorgará mais autonomia às comunas e à região autónoma, tendo assim competências maiores do que existe hoje,

interpretativa muy interesante sobre “el bien común” y esa idea del préstamo metodológico de la economía.

Continúa hablando sobre asuntos conexos. Habla en relación al estatuto de las aguas, donde Chile es uno de los pocos o casi el único ejemplo que creó en el pasado derechos de aprovechamiento de aguas como un derecho de propiedad perpetua, generando un mercado de intercambio de derechos del agua, que no funciona sobre un régimen administrativo de permisos o concesiones, entonces el cambio en este derecho es una polémica, pero para algunos es muy necesario considerando el problema de las sequías ya mencionado. También hay cambios en el estatuto de la minería (que antes de la constitución de 1980 estaba bajo control del Estado, pero después se basa sobre una óptica de mercado que permite la minería de empresas transnacionales con las consecuencias ambientales relacionadas). Aparecen en el nuevo proyecto los derechos de la naturaleza y los derechos de los animales (siendo también un punto polémico porque en la medida que son reconocidos como seres sintientes son entonces sujetos de derechos, pero eso genera algunas contradicciones, por ejemplo, en el control de especies exóticas invasoras con métodos crueles. Entonces el profesor indica que será necesario aprender de la jurisprudencia extranjera, por ejemplo, como en el caso de las *vaquejadas* en Brasil o el sacrificio de animales que ocurre en las religiones de matriz afro-brasileña, ya existen casos similares). También el deber de custodia de los ecosistemas y la función social y ecológica de la propiedad (ya resuelta por la jurisprudencia brasileña).

Después, aborda asuntos de la orgánica institucional, mencionando las competencias ambientales a nivel territorial (de comuna

mesmo sem a existência dos estados federais). Finalmente, fala sobre a ação para a proteção dos direitos fundamentais e da natureza com o reconhecimento no nível constitucional dos tribunais ambientais, a criação de órgãos autônomos, como uma autarquia, e a criação e regulação de um ombudsman ambiental (a Defensoria da Natureza) e a Agência Nacional das Águas.

Finaliza a sua exposição e começa a formular algumas perguntas sobre o projeto da nova constituição, solicitando aos colegas brasileiros assinalar os assuntos e questões onde se observam questões.

Apresentação e Comentário de Ana Maria Nusdeo

Pergunta do professor Jorge Aranda para a professora Dr. Ana Maria Nusdeo: Em relação à proposta de nova constituição do Chile, o projeto promove uma mudança de paradigma no direito ambiental, considerando um novo nível de relação com a natureza em que os seres humanos não somente reconhecem a natureza, mas também se encontram integrados com ela, em contraposição ao antigo paradigma de "humanos contra a natureza". Como poderia ser abordada essa mudança de paradigma e quais problemas podem surgir?

A professora começa esse debate com uma outra pergunta preliminar: será que o direito ambiental tem dado conta da crise ecológica? De acordo com a professora, nossa tendência é responder que não, porque a final vivemos uma crise profunda ambiental e social que mostra que a relação dos seres humanos entre si e com a natureza não está estabelecida sob boas bases. Há então uma sensação de insuficiência do direito ambiental

autónoma, lo que en Brasil serían las Prefeituras) y de la región autónoma, reconociendo en el proyecto constitucional la descentralización (aun cuando Chile es un país unitario, la propuesta constitucional otorgará más autonomía a las comunas y a las regiones autónomas, teniendo así competencias mayores de lo que existe hoy, similar a la existencia de los Estados federales). Finalmente, habla sobre la acción para la protección de los derechos fundamentales y de la naturaleza con el reconocimiento en el nivel constitucional de los tribunales ambientales, la creación de los órganos autónomos, como una autarquía, y la creación y regulación de un ombudsman ambiental (la Defensoría de la Naturaleza) y la Agencia Nacional de Aguas.

Finaliza su exposición y comienza a formular algunas preguntas sobre el proyecto de la nueva constitución, solicitando a los colegas brasileños indicar los asuntos donde se observan cuestiones.

Presentación y Comentario de Ana Maria Nusdeo

Pregunta del Profesor Jorge Aranda a la Profesora Dra. Ana Maria Nusdeo: En cuanto a la propuesta de una nueva constitución en Chile, el proyecto promueve un cambio de paradigma en el derecho ambiental, considerando un nuevo nivel de relación con la naturaleza en el que los seres humanos no solo reconocen la naturaleza, sino que también se integran a ella, en contraste al viejo paradigma de "humanos contra la naturaleza". ¿Cómo podría abordarse este cambio de paradigma y qué problemas podrían surgir?

La profesora inicia este debate con otra pregunta preliminar: ¿el derecho ambiental se ha ocupado de

tradicional. Agora, onde o direito ambiental falha e por quê?

A hipótese da professora é que o direito ambiental vem operando em uma escala inadequada e insuficiente. Antes de desenvolver esta hipótese, quer apontar que este desconforto tem tido um eco importante na literatura que pensa sobre esse tema com vários matizes e perspectivas. Assim, por exemplo, cita os autores Fritjof Capra e Ugo Mattei no livro “A revolução eco jurídica”, onde criticam o que eles chamam de “paradigma mecanicista”, sendo este a base da economia neoclássica que nos leva à ideia de economia de mercado, com a lei da oferta e da procura, autoajuste e canalização de investimentos. Cita também o autor Hans Jonas e seu trabalho “O princípio da responsabilidade”, que fala sobre uma supervalorização da técnica em detrimento de outras dimensões da atividade humana e que coloca a ideia do homo faber acima do homo sapiens.

No campo do direito as críticas são sobretudo à ideia do antropocentrismo e uma certa fragmentação do objeto. O direito contemporâneo é muito especializado em várias áreas e essa excessiva especialização não teria gerado a sintonia conveniente e necessária, por exemplo, entre o direito ambiental e o desenvolvimento dos direitos humanos. Assim, indica a professora, o que se propõe hoje é essa aproximação do constitucionalismo que reconecte o direito ambiental com os direitos humanos. Menciona autores brasileiros que vêm trabalhando essa relação. Na opinião da professora, por conta dessa excessiva especialização o direito ambiental foi incapaz de atingir níveis decisórios mais elevados na sociedade. Pensando, por exemplo, na construção da usina de Belo Monte, o direito ambiental aparece só na etapa do licenciamento, mas não em uma etapa decisória anterior. O direito ambiental está

la crisis ecológica? Según la profesora, nuestra tendencia es responder que no, porque al final estamos viviendo una profunda crisis ambiental y social que demuestra que la relación de los seres humanos entre sí y con la naturaleza no está asentada sobre buenas bases. Hay entonces una sensación de insuficiencia del derecho ambiental tradicional. Ahora bien, ¿dónde falla el derecho ambiental y por qué?

La hipótesis de la profesora es que el derecho ambiental viene operando en una escala inadecuada e insuficiente. Antes de desarrollar esta hipótesis, quiere apuntar que esta incomodidad ha sido un eco importante en la literatura que piensa sobre ese tema con varios matices y perspectivas. Así, por ejemplo, cita a los autores Fritjof Capra y Ugo Mattei en el libro “La revolución eco jurídica”, donde critican lo que ellos llaman “paradigma mecanicista”, siendo este la base de la economía neoclásica que nos lleva a las ideas de economía de mercado, con la ley de oferta y de demanda, autoajuste y canalización de inversiones. Cita también al autor Hans Jonas y su trabajo “El principio de la responsabilidad”, que habla sobre la supervalorización de la técnica en detrimento de otras dimensiones de la actividad humana y que coloca la idea del “homo faber” encima del “homo sapiens”.

Em el campo del derecho las críticas son sobre todo a la idea del antropocentrismo y una cierta fragmentación del objeto. El Derecho contemporáneo es muy especializado en varias áreas y esa excesiva especialización no habría generado la sintonía conveniente y necesaria, por ejemplo, entre el derecho ambiental y el desarrollo de los derechos humanos. Así, indica la profesora, lo que se propone hoy es esa aproximación del constitucionalismo que reconecte el derecho ambiental con los derechos humanos. Menciona

como uma ideia de estabelecimento de limite, mas que não se opõe ao que é o grande centro do processo de desenvolvimento que é a economia, essa grande prioridade à qual o direito ambiental, e talvez outros ramos, pedem para colocar limites ao processo de mercado, muitas vezes autodestrutivo, mas que não chegam a fazer sombra. Os direitos humanos têm uma pretensão mais abrangente que talvez consiga ser um contraponto um pouco maior, uma grande disputa de campos e propostas para o desenvolvimento da humanidade de modo geral. Então, todos esses problemas e aquele desconforto no campo do direito ambiental vai desembocar na proposta de novos paradigmas, paradigmas que mostraram influência no debate constituinte no Chile.

De acordo com a professora, o direito ambiental não conseguiu ocupar uma escala mais ampla, mas indica que tem apreço pelo legado do direito ambiental pelas normas e princípios que produziu. Então as críticas não são para o direito ambiental, mas ao esforço de pensar como ele pode ser no sentido de uma evolução. A professora indica então que gostaria de discutir esses novos paradigmas que partem com essa ideia de ampliar o escopo do direito ambiental para enfrentar essas questões maiores a partir de três eixos.

Primeiro, a base filosófica e a elaboração doutrinária no direito, segundo, a relação entre o meio ambiente e a economia no tocante aos usos dos recursos ambientais, e terceiro, o acesso à justiça.

Na ideia de uma base filosófica e elaboração doutrinária, a professora expõe que a base filosófica diz respeito a questão da fissão entre o homem e a natureza que é muito típica da modernidade, essa grande ascensão e a autoafirmação da espécie humana e dos seus direitos, essa visão da espécie

autores brasileiros que vienen trabajando en esta relación. A juicio del profesor, debido a esa excesiva especialización, el derecho ambiental no podía alcanzar niveles superiores de decisión en la sociedad. Considerando, por ejemplo, la construcción de la planta de Belo Monte, el derecho ambiental aparece solo en la etapa de licenciamiento, pero no en una etapa previa de toma de decisiones. El derecho ambiental es como una idea de establecer límites, pero no se opone a lo que es el gran centro del proceso de desarrollo que es la economía, esa gran prioridad a la que el derecho ambiental, y quizás otras ramas, piden poner límites a el proceso de mercado, que a menudo es autodestructivo, pero que no lo eclipsa. Los derechos humanos tienen un reclamo más amplio que quizás logre ser un contrapunto un poco más amplio, una gran disputa sobre campos y propuestas para el desarrollo de la humanidad en general. Entonces, todos estos problemas y ese malestar en el campo del derecho ambiental llevarán a la propuesta de nuevos paradigmas, paradigmas que han mostrado influencia en el debate constituyente en Chile.

Según la profesora, el derecho ambiental no ha logrado ocupar una escala más amplia, pero indica que valora el legado del derecho ambiental por las normas y principios que ha producido. Entonces la crítica no es por el derecho ambiental, sino por el esfuerzo de pensar cómo puede ser en el sentido de evolución. La profesora indica entonces que le gustaría discutir estos nuevos paradigmas que parten de esta idea de ampliar el alcance del derecho ambiental para abordar estos temas más amplios desde tres ejes.

Primero, la base filosófica y la elaboración doctrinaria en la ley, segundo, la relación entre el medio ambiente y la economía en cuanto a los usos

humana como o centro das instituições ou o centro do mundo, a ideia da contraposição homem-natureza. Então há uma ideia de reconectar os direitos humanos ao ambiente em que os direitos humanos se realizam. Isso com a crise ambiental e climática vai se tornando muito claro, na medida em que os problemas ambientais afetam o gozo o fruir dos direitos humanos, direito à vida, à alimentação, à moradia, à saúde em um cenário de crise ecológica. Nesse contexto, paralelo a isso, existe esse processo de questionar essa visão da modernidade e do homem como centro, prestigiando outros saberes que foram desprestigiados que observam a relação homem-natureza de uma maneira muito mais integrada. Então, nesse contexto é lógico que se apresente ideia de direitos da natureza, a ideia de que as pessoas e povos são interdependentes da natureza, a ideia de que a natureza tem direitos e que o estado e a sociedade têm o dever de proteger e respeitar. Então a professora cita o artigo 297 (103) da nova constituição que traduz o que significa esse direito. O que significa que a natureza tem direitos? Esse artigo 297 (103) afirma que a natureza tem direito ao respeito, proteção a sua existência, à regeneração, manutenção, restauração de sus funções e equilíbrios dinâmicos, que incluem os ciclos naturais, os ecossistemas e a biodiversidade. Também aparece a questão dos animais, a ideia de que os animais são sujeitos de proteção especial com reconhecimento dos seus sentimentos e o direito a viver uma vida livre de abusos.

Considera a professora que em relação com estas decisões está a ideia dos direitos fundamentais exigidos, individual ou coletivamente, sendo uma superação daquela lógica individualista liberal e permite tanto o reconhecimento de modos de organização social coletiva, incluindo organizações indígenas e de povos tradicionais, mas também a organização entre si e com os espaços que

de los recursos ambientales, y tercero, el acceso a la justicia.

En la idea de una base filosófica y elaboración doctrinal, la docente explica que la base filosófica atañe al tema de la fisión entre el hombre y la naturaleza que es muy propio de la modernidad, ese gran auge y autoafirmación de la especie humana y sus derechos, esa visión de la especie humana como centro de las instituciones o centro del mundo, la idea del contraste hombre-naturaleza. Entonces, hay una idea de reconectar los derechos humanos con el entorno en el que se realizan los derechos humanos. Esto con la crisis ambiental y climática se está haciendo muy claro, ya que los problemas ambientales afectan el disfrute de los derechos humanos, el derecho a la vida, a la alimentación, a la vivienda, a la salud en un escenario de crisis ecológica. En paralelo a ello, se da este proceso de cuestionamiento de esta visión de la modernidad y del hombre como centro, enalteciendo otros saberes desprestigiados que observan la relación hombre-naturaleza de forma mucho más integrada. Entonces, en este contexto, es lógico presentar la idea de los derechos de la naturaleza, la idea de que las personas y los pueblos son interdependientes de la naturaleza, la idea de que la naturaleza tiene derechos y que el estado y la sociedad tienen el deber de proteger y respetar. Luego la profesora cita el artículo 297 (103) de la nueva constitución que traduce lo que significa este derecho. ¿Qué significa que la naturaleza tiene derechos? Este artículo 297 (103) establece que la naturaleza tiene derecho al respeto, protección, a su existencia, regeneración, mantenimiento, restauración de sus funciones y equilíbrios dinámicos, que incluyen los ciclos naturales, los ecossistemas y la biodiversidad. Aparece también el tema de los animales, la idea de que los animales son sujetos de especial protección con

ocupam. Considera que existe um campo de inovação muito interessante que vai trazer discussões sobre o acesso à justiça, quem representa, quem não representa

A profesora indica que frequentemente enfrenta questões de apropriação de recursos naturais, seu uso económico e sua preservação. A questão que coloca é como estabelecer uma relação mais equânime entre o meio ambiente e a procriação desses recursos naturais e essa lógica económica. Então chega-se na figura dos *Commons*, dos bens comuns, como a grande conceituação que no direito civil tem um significado, mas na economia tem outro e nela os bens públicos são aqueles bens que não podem ter o seu acesso excluído por aqueles que não pagam.

O termo tem aparecido também para designar experiencias de uma apropriação que não seria nem pública nem privada. Novamente cita Capra e Mattei ao colocar a questão dos *Commons* então como uma terceira categoria entre os bens públicos e os privados, que seriam geridos por um modelo diferente de não mercado. A profesora considera que algumas regras da nova constituição se aproximam desse desejo de construir um modelo de apropriação diferente dos públicos e privados. Assim, ela viu a questão da água: o estatuto constitucional das águas: a água como um bem comum natural e não apropriável, que dialoga com o passado com os direitos de aproveitamento de águas vitalícios; mas acredita que também não observou nenhuma afirmação de que a água passa a ser um bem público. No Brasil o que foi feito foi um modelo de publicização das águas, as águas pertencem à união federal ou aos estados. Aqui a profesora considera que as águas estão num modelo de bens comuns naturais, elementos ou componentes da natureza sobre as quais o Estado tem o dever especial de custódia para assegurar os

reconocimiento de sus sentimientos y derecho a vivir una vida libre de maltrato.

La profesora considera que en relación con estas decisiones está la idea de que los derechos fundamentales exigidos, individual o colectivamente, sean una superación de esa lógica liberal individualista y permitan tanto el reconocimiento de modos colectivos de organización social, incluyendo organizaciones indígenas y de pueblos tradicionales, pero también la organización entre ellos y con los espacios que ocupan. Considera que hay un campo de innovación muy interesante que traerá discusiones sobre el acceso a la justicia, quién representa, quién no representa.

La profesora indica que a menudo enfrenta problemas de apropiación de los recursos naturales, su aprovechamiento económico y su preservación. La pregunta que plantea es cómo establecer una relación más equitativa entre el medio ambiente y la procreación de estos recursos naturales y esta lógica económica. Así llegamos a la figura de los *Commons*, de los bienes comunes, como el gran concepto que en el derecho civil tiene un significado, pero en la economía tiene otro y en él los bienes públicos son aquellos bienes a los que no se puede excluir su acceso por parte de quienes no paguen.

El término también ha aparecido para designar experiencias de apropiación que no serían ni públicas ni privadas. Nuevamente cita a Capra y Mattei al colocar el tema de los *Commons* como una tercera categoría entre los bienes públicos y privados, que serían gestionados por un modelo diferente de no mercado. La profesora considera que algunas normas de la nueva constitución se acercan a ese deseo de construir un modelo de apropiación diferente a los públicos y privados. Así

direitos da natureza e o interesse das gerações presentes e futuras, o Estado deve preservá-los, conservá-los, restaurá-los, administrá-los de forma democrática, solidária, participativa e equitativa.

Então aqui existiria um desafio para o Chile, e talvez para o mundo, e para essa aspiração de um modelo intermediário que é o desenvolvimento de um status jurídico para esses bens comuns. Chama a atenção para a professora também algumas regras sobre a energia, a questão da pobreza energética, mas também a ideia de promover uma matriz energética distribuída, descentralizada e diversificada. Evidencia aqui também que o fornecimento de energia é um serviço caro com infraestrutura cara, que exige grandes investimentos, e que um processo em paralelo de desenvolvimento de novas fontes de energia ainda não tem condições de responder por toda a demanda. Mas, a nova constituição desenha essa possibilidade de produção fora desse grande mercado. Isso parece interessante também, a tentativa de desenvolvimento de alternativas além desse modelo empresarial.

Com relação ao acesso à justiça, não falará muito mais. Parece-lhe muito inovadora a questão da Defensoria da Natureza, claro que o desafio aqui é a articulação de competências com outros órgãos mais tradicionais de justiça e espera que seja um processo frutífero e não conflituoso. Mesmo assim destaca a importância da ação de proteção dos direitos fundamentais, apontando a grande proximidade que a nova constituição teria tanto com o acesso à justiça como também com a proteção dos ambientalistas, citando o falecimento recente dos ambientalistas Don Phillips e Bruno Pereira no Brasil. Se pergunta em que medida esse mecanismo vai ser um modelo de proteção para ambientalistas ameaçados. Então a professora faz a síntese da importância que ela vê de uma nova

vio el tema del agua: el estatuto constitucional del agua, el agua como bien común natural e inapropiable que dialoga con el pasado con los derechos de uso del agua para la vida; pero cree que tampoco observó ninguna afirmación de que el agua se convierte en un bien público. En Brasil lo que se hizo fue un modelo de publicación de las aguas, las aguas pertenecen a la unión federal o a los estados. Aquí, la profesora considera que las aguas se encuentran en un modelo de bienes comunes naturales, elementos o componentes de la naturaleza sobre los cuales el Estado tiene un deber especial de custodia para garantizar los derechos de la naturaleza y el interés de las presentes y futuras generaciones, como también debe preservar conservarlos, restaurarlos, administrarlos de manera democrática, solidaria, participativa y equitativa.

Entonces aquí habría un desafío para Chile, y quizás para el mundo, y para esa aspiración de un modelo intermedio que es el desarrollo de un estatuto jurídico para estos bienes comunes. Llamam también la atención de la profesora algunas normas sobre energía, el tema de la pobreza energética, pero también la idea de impulsar una matriz energética distribuida, descentralizada y diversificada. También muestra que el suministro de energía es un servicio costoso con una infraestructura costosa que requiere grandes inversiones y que un proceso paralelo de desarrollo de nuevas fuentes de energía aún no es capaz de responder a toda la demanda. Pero la nueva constitución perfila esta posibilidad de producción fuera de este gran mercado. También le parece interesante el intento de desarrollar alternativas más allá de este modelo de negocio.

En cuanto al acceso a la justicia, no dirá mucho más. El tema de la Defensoría de la Naturaleza le parece muy innovador, desde luego el desafío aquí es la

criação doutrinária, como eventualmente tirar parcelas da produção de serviços públicos baseados em recursos naturais do modelo de mercado mais tradicional e considerando o acesso à justiça. Muitos desafios tanto políticos quanto de regulamentação vão ser colocados, e finalmente expressa todo seu apoio para que esse processo seja muito bem-sucedido.

Apresentação e Comentário de Carina Costa de Oliveira

Pergunta do professor Aranda a professora Dr. Carina Costa de Oliveira: Em relação à proposta de nova constituição do Chile: que comentários gerais poderia nos oferecer sobre as temáticas novas do constitucionalismo do Chile, particularmente, sendo o Chile um país com amplo litoral, sobre a consideração dos oceanos que aparece pela primeira vez, que opinião poderia nos oferecer?

A professora começa a cumprimentar os panelistas e agradecer o convite feito para conversar sobre temas ambientais. De modo geral, acredita que há muitos elogios à proposta constitucional e é bem evidente que a perspectiva ecológica é muito central na nova constituição. Comparativamente com a constituição brasileira de 1988, é evidente que há passos largos traçados pelo Chile nessa perspectiva mais ecológica no projeto central da constituição. A professora esclarece que vai focar a sua apresentação no alinhamento do Chile por meio dos dispositivos da nova constituição com os desafios na preservação e uso sustentável dos recursos marinhos e costeiros e menção dos dispositivos que fazem referência aos recursos mencionados com anterioridade - e, destaca, são vários, num contexto geral em que não é recorrente identificar dispositivos que abordem o tema -. Além dos recursos marinhos, costeiros e o ambiente em

articulación de competencias con otros órganos de justicia más tradicionales y espera que sea un proceso fructífero y no conflictivo. Así mismo, destaca la importancia de la acción para proteger los derechos fundamentales, señalando la gran proximidad que tendría la nueva constitución tanto con el acceso a la justicia como con la protección de los ambientalistas, citando la reciente muerte de los ambientalistas Don Phillips y Bruno Pereira en Brasil. Se pregunta hasta qué punto este mecanismo será un modelo de protección para los ambientalistas amenazados. Luego la profesora resume la importancia que ve en una nueva creación doctrinal, como eventualmente sacar partes de la producción de servicios públicos basados en recursos naturales del modelo de mercado más tradicional y considerar el acceso a la justicia. Se le plantearán muchos desafíos tanto políticos como regulatorios, y finalmente expresa su pleno apoyo para que este proceso sea muy exitoso.

Presentación y Comentario de Carina Costa de Oliveira

Pregunta del profesor Aranda a la profesora Dra. Carina Costa de Oliveira: en relación a la propuesta de nueva constitución de Chile: ¿Qué comentarios generales podría ofrecernos sobre las temáticas nuevas del constitucionalismo de Chile, particularmente, siendo Chile un país con un gran litoral, sobre la consideración de los océanos que aparece por primera vez, qué opinión nos podría ofrecer?

La profesora comienza a saludar a los panelistas y a agradecer la invitación a conversar sobre temas ambientales. De modo general, cree que hay muchos elogios a la propuesta constitucional y es bastante evidente que la perspectiva ecológica es

geral, vai fazer breves comentários sobre a proposta de constituição, destacando que os elementos de sustentabilidade estão bem apagados comparando com os elementos que estão conectados às propostas e perspectivas mais ecológicas, o que é bem interessante no contexto do projeto da constituição. Sua apresentação vai também considerar os princípios elencados que o professor Aranda mostrou no início da sua apresentação, e alguns comentários sobre os aspectos processuais e dos direitos da natureza.

A professora vai focar sobre a perspectiva dos oceanos e o protagonismo que a proposta de constituição dá ao cumprimento de obrigações internacionais relacionadas à conservação e ao uso sustentável dos recursos marinhos e do ambiente marinho em vários dispositivos. A proposta tem um artigo bem emblemático que reconhece o Chile como um país oceânico, então existe um dever constitucional de proteção e preservação dos recursos oceânicos marinhos do continente, insulares e antárticos. Observa-se um foco na perspectiva oceânica que o Brasil tem tentado trilhar há anos, mas que até hoje não é central na legislação ambiental brasileira (que é centrada nos espaços terrestres) nem em outros países, e que em relação com o espaço marinho a lei aplicável provém sempre de uma interpretação dos dispositivos que foram pensados para os espaços terrestres. A professora destaca que na proposta de constituição chilena esse espaço tem um protagonismo importante e as disposições presentes na matéria se conectam com as obrigações internacionais tanto em relação com tratados internacionais como o Montego Bay das Nações Unidas quanto com outros tratados ambientais gerais, como também assim com outros tratados ligados às organizações internacionais oceânicas e até com os tratados internacionais sobre assuntos antárticos. Sobre isso, destaca a

muy central en la nueva constitución. En comparación con la constitución brasileña de 1988, es evidente que hay pasos largos trazados por Chile en esa perspectiva más ecológica en el proyecto central de constitución. La profesora aclara que va a enfocar su presentación en el alineamiento de Chile por medio de las disposiciones de la nueva constitución con los desafíos en la preservación y uso sustentable de los recursos marinos y costeros y hacer mención de las disposiciones que hacen referencia a los recursos mencionados con anterioridad – y, destaca, son varias, en un contexto general en que no es recurrente identificar disposiciones que aborden el tema. Además de los recursos marinos, costeros y el ambiente en general, va a hacer breves comentarios sobre la propuesta de constitución, destacando que los elementos de sustentabilidad están bien apagados en comparación con los elementos que están conectados a las propuestas y perspectivas más ecológicas, lo que es bien interesante en un contexto de proyecto de constitución. Su presentación también va a considerar los principios listados que el profesor Aranda mostró al inicio de su presentación, y algunos comentarios sobre los aspectos procesales de los derechos de la naturaleza.

La profesora va a enfocarse sobre la perspectiva de los océanos y el protagonismo que la propuesta de constitución da al cumplimiento de obligaciones internacionales relacionadas a la conservación y al uso sustentable de los recursos marinos y del ambiente marino en varias disposiciones. La propuesta tiene un artículo bien emblemático que reconoce a Chile como un país oceánico, entonces existe un deber constitucional de protección y preservación de los recursos oceánicos marinos continentales, insulares y antárticos. Se observa un enfoque en la perspectiva oceánica que Brasil ha intentado recorrer hace años, pero que hasta hoy

participação do Chile nos temas antárticos e a cooperação nesta temática com o Brasil. Assinala como as disposições do projeto constitucional explicam didaticamente e destaca sobre como a relação entre os espaços marinhos, os ambientes marinhos, os recursos marinhos e os temas marinhos em geral estão conectados com os ecossistemas antárticos, sendo um avanço por quanto dita conexão não é sempre evidente, já que tanto a prática jurídica como o direito internacional estão muito desconectados do funcionamento dos sistemas oceânicos com a Antártica.

A professora indica que hoje é muito necessário pensar de forma integrada nesses ecossistemas e temas dos serviços ecossistêmicos que decorrem dos oceanos, dos recursos marinhos, pensando em questões ecológicas como em questões ligadas aos humanos em temas como o fornecimento e o elevado número de stocks pesqueiros, sendo necessárias as medidas para que os stocks pesqueiros se reproduzam, se recuperem, e isso impacta não somente no ecossistema marinho, mas também na alimentação mundial. Indica que o papel do Chile nos stocks pesqueiros mundiais é fundamental e com uma importante participação global, dando como exemplo o salmão. A influência do Chile sobre os ecossistemas mundiais é de uma relevância mundial, e o fato de que isso esteja refletido na nova constituição demonstra a importância que o órgão dá ao assunto.

Na opinião da professora é interessante que os dispositivos estejam espalhados (mesmo que para ela seria interessante que houvesse um capítulo inteiro, mas isso constituiria uma discussão sobre técnica legislativa), dividindo em 3 grandes temas os dispositivos que falam sobre os oceanos: a natureza jurídica desse espaço, o reconhecimento de alguns espaços ("maritório" como uma categoria jurídica, em contraste com "território") e que devem

no es central en la legislación ambiental brasileña (que es centrada en los espacios terrestres) ni en otros países, y que en relación con el espacio marino la ley aplicable provee siempre de una interpretación de las disposiciones que fueron pensadas para los espacios terrestres. La profesora destaca que en la propuesta de constitución chilena ese espacio tiene un protagonismo importante y las disposiciones presentes en la materia se conectan con las obligaciones internacionales tanto en relación con los tratados internacionales como el Montego Bay de las Naciones Unidas como con otros tratados ambientales generales, como también con otros tratados relacionados a las organizaciones internacionales oceánicas y hasta con los tratados internacionales sobre asuntos antárticos. Sobre eso, destaca la participación de Chile en los temas antárticos y la cooperación en esta temática con Brasil. Señala cómo las disposiciones del proyecto constitucional explican didácticamente y destaca sobre cómo la relación entre los espacios marinos, los ambientes marinos, los recursos marinos y los temas marinos en general están conectados con los ecossistemas antárticos, siendo un avance en cuanto dicha conexión no es siempre evidente, ya que tanto la práctica jurídica como el derecho internacional están muy desconectados del funcionamiento de los sistemas oceánicos con la Antártica.

La profesora indica que hoy es muy necesario pensar de forma integrada en esos ecossistemas y temas de los servicios ecossistêmicos que provienen de los océanos, de los recursos marinos, pensando en cuestiones ecológicas como en cuestiones ligadas a los humanos en temas como el fortalecimiento y el elevado número de stocks pesqueros, siendo necesarias las medidas para que los stocks pesqueros se reproduzcan, se recuperen, y eso impacta no solamente en el ecossistema marino, pero también en la alimentación mundial.

ter uma regulação específica. A professora encontrou interessante essa categorização e não lembra da categoria de “maritório” em outras legislações. Mas, a delimitação jurídica de espaços especiais como o maritório seria semelhante às áreas marinhas protegidas? O que significa esse território especial como o arquipélago Juan Fernández e Rapa Nui? São perguntas que nascem da criação de categorias jurídicas que tem uma importância geográfica, climática, ecológica, social e cultural que merecem ter uma proteção diferente com mecanismos diferenciados. Ainda há outros dispositivos que falam da natureza de bens comuns naturais, mar territorial e seus fundos, as praias (e dá bastante destaque para o tema praias e o acesso público a elas), e a professora destaca a existência desses dispositivos que outorgam novas categorias jurídicas a espaços que formam parte da natureza ao tratar-lhes como bens comuns, públicos, impróprios e outros de semelhante natureza que permitem não só a proteção dos espaços, mas também para que as pessoas possam acessar ditos espaços.

Também, na opinião da professora, a proteção constitucional permite dificultar as mudanças dos futuros governos que possam afetar os direitos ambientais e os ecossistemas, como é o caso atual do governo brasileiro. A consagração da perspectiva ambiental na constituição é uma garantia para que o Estado proteja o meio ambiente e os ecossistemas, sendo uma prioridade. A professora aborda também o ordenamento territorial ligado aos espaços marinhos, à zona costeira, entre outros elementos descentralizadores que o professor Jorge Aranda tratou inicialmente e sobre esses aspectos ligados ao ordenamento territorial, do espaço marinho, do maritório, e destaca a gestão integrada no texto constitucional, ainda que a gestão política e administrativa sejam de difícil aplicação na prática, mas direcionam o

Indica que el papel de Chile en los stocks pesqueros mundiales es fundamental y con una importante participación global, dando como ejemplo al salmón. La influencia de Chile sobre los ecosistemas mundiales es de una relevancia mundial, y el hecho de que eso esté reflejado en la nueva constitución demuestra la importancia que el órgano da al asunto.

En la opinión de la profesora es interesante que las disposiciones estén dispersas (aunque para ella sería interesante que hubiese un capítulo entero, pero eso constituiría una discusión sobre técnica legislativa), dividiendo en tres grandes temas las disposiciones que hablan sobre los océanos: la naturaleza jurídica de ese espacio, el reconocimiento de algunos espacios (“maritorio” como una categoría jurídica, en contraste con “territorio”) y que deben tener una regulación específica. La profesora encontró interesante esta categoría y no la recuerda en otras legislaciones. Pero, ¿la delimitación jurídica de espacios especiales como el maritorio sería semejante a las áreas marinas protegidas? ¿Qué significa ese territorio especial como el archipiélago Juan Fernández y Rapa Nui? Son preguntas que nacen de la creación de categorías jurídicas que tienen una importancia geográfica, climática, ecológica, social y cultural que merecen tener una protección diferente con mecanismos diferenciados. Aun hay otras disposiciones que hablan de la naturaleza de bienes comunes naturales, mar territorial y sus fondos, las playas (y destaca bastante el tema de las playas y el acceso público a ellas), y la profesora destaca la existencia de esas disposiciones que otorgan nuevas categorías jurídicas a espacios que forman parte de la naturaleza al tratarlos como bienes comunes, públicos, inapropiables y otros de semejante naturaleza que permiten no solo la protección de los espacios, sino también para que las personas puedan acceder a dichos espacios.

trabalho político, administrativo e acadêmico como um esforço conjunto para que os termos recolhidos no projeto constitucional sejam melhor implementados.

Outra questão que identifica a professora é sobre o ordenamento territorial que existe em um dos dispositivos sobre a conexão com a igualdade, a justiça territorial e o reconhecimento dos direitos com os espaços protegidos. Certamente, o planejamento espacial marinho reconhecido na constituição e regulado permite fazer um ordenamento que permite evitar conflitos nesse contexto. Com a relação dos oceanos e da zona costeira, o coração da conservação e do uso sustentável estão presentes na nova constituição e estão em consonância com os debates atuais internacionais sobre os espaços marinhos e as obrigações internacionais na matéria.

A professora destaca outros pontos em relação à sustentabilidade ambiental na nova constituição, em que a consagração da sustentabilidade ambiental mostra o foco ecológico, mas a perspectiva de que a sustentabilidade deve estar em harmonia com a natureza desde uma definição clássica de desenvolvimento sustentável não foi completamente abordada pelo projeto. A definição clássica trata de maneira integral os 3 aspectos ambientais, sociais e econômico, e aqui na nova constituição há uma preponderância do aspecto ambiental. Por sua vez, destaca o princípio da progressividade que é um ideal, mas é evidente o retrocesso geral com respeito a esse princípio, dando o Brasil como exemplo, no mínimo tem que estar clara a “vedação ao retrocesso”. Destaca os processos dos tribunais ambientais chilenos e como têm atuado (já que no Brasil eles não existem) e um reconhecimento constitucional que traz maior previsibilidade ao tema. Também parabeniza a paridade nos órgãos autônomos e a necessidade

También, en la opinión de la profesora, la protección constitucional permite dificultar los cambios de los futuros gobiernos que puedan afectar a los derechos ambientales y los ecosistemas, como es el caso actual del gobierno brasileño. La consagración de la perspectiva ambiental en la constitución es una garantía para que el Estado proteja al medio ambiente y los ecosistemas, siendo una prioridad. La profesora aborda también el ordenamiento territorial ligado a los espacios marinos, a la zona costera, entre otros elementos descentralizadores que el profesor Jorge Aranda trató inicialmente y sobre esos aspectos ligados al ordenamiento territorial, del espacio marino, del maritorio, y destaca la gestión integrada en el texto constitucional, aunque la gestión política y administrativa sean de difícil aplicación en la práctica, pero dirigen el trabajo político, administrativo y académico como un esfuerzo conjunto para que los términos recogidos en el proyecto constitucional sean mejor implementados.

Otra cuestión que identifica la profesora es sobre el ordenamiento territorial que existe en una de las disposiciones sobre la conexión con la igualdad, la justicia territorial y el reconocimiento de los derechos con los espacios protegidos. Ciertamente, el planeamiento espacial marino reconocido en la constitución y regulado permite hacer un ordenamiento que permite evitar conflictos en ese contexto. Con relación a los océanos y la zona costera, el corazón de la conservación y del uso sustentable están presentes en la nueva constitución y están en consonancia con los debates actuales internacionales sobre los espacios marinos y las obligaciones internacionales en la materia.

La profesora destaca otros puntos en relación a la sustentabilidad ambiental en la nueva constitución,

de que exista, e criação da Defensoria da Natureza como um mecanismo institucional interessante de defesa dos direitos da natureza (para a defesa dos direitos difusos, individuais e coletivos).

Para concluir, diz que há uma dedicação específica da proteção da natureza com o projeto da nova constituição.

Apresentação e Comentário de Airton Berger Filho

Pergunta do professor Aranda a professor Dr. Airton Berger Filho: *Em relação à proposta de nova constituição do Chile, quais avanços, desafios e críticas você poderia salientar sobre o reconhecimento dos direitos da natureza?*

Agradece que a atividade esteja em 4 línguas e pela expansão dos debates ambientais sobre a nova constituição. O professor fez um intercâmbio no Chile e conhece as instituições. Chamaram a atenção do professor na época a questão do meio ambiente livre de poluição (que, a modo de crítica, não entendia o porquê era só essa a preocupação no Chile com respeito ao meio ambiente), a avaliação do sistema de impacto ambiental e a questão das águas (que, na prática, estão privatizadas).

O professor acredita que o novo texto constitucional é uma ousadia muito grande, já que dá um grande passo em direção à ecologização do direito em um país que se encontrava numa perspectiva liberal, que evoluiu bastante na questão ambiental comparado com o que observou no passado. Na opinião do professor o que é interessante é que é uma ecologização a partir de uma nova perspectiva, já que parece que o Chile faz

en que la consagración de la sustentabilidad ambiental muestra el foco ecológico, pero la perspectiva de que la sustentabilidad debe estar en armonía con la naturaleza desde una definición clásica de desarrollo sustentable no fue completamente abordada por el proyecto. La definición clásica trata de manera integral los tres aspectos ambientales, sociales y económico, y aquí en la nueva constitución hay una preponderancia del aspecto ambiental. Por su vez, destaca el principio de la progresividad que es un ideal, pero es evidente el retroceso general con respecto a ese principio, dando a Brasil como ejemplo, en el mínimo debe estar claro el "sello al retroceso". Destaca los procesos de los tribunales ambientales chilenos y cómo han actuado (ya que en Brasil ellos no existen) y un reconocimiento constitucional que trae mayor previsibilidad en el tema. También felicita la paridad en los órganos autónomos y la necesidad de que exista, y la creación de la Defensoría de la Naturaleza como un mecanismo institucional interesante de defensa de los derechos de la naturaleza (para la defensa de los derechos difusos, individuales y colectivos).

Para concluir, dice que hay una dedicación específica de protección de la naturaleza con el proyecto de nueva constitución.

Presentación y Comentario de Airton Berger Filho

Pregunta del profesor Aranda al profesor Dr. Airton Berger Hijo: *En relación a la propuesta de nueva constitución de Chile, ¿Cuáles avances, desafíos y críticas usted podría señalar sobre el reconocimiento de los derechos de la naturaleza?*

Agradece que la actividad esté en cuatro idiomas y por la expansión de los debates ambientales sobre

isso agora a partir de uma perspectiva bastante plural e democrática. Esse é um elogio que o professor faz ao processo chileno a partir de um estudo breve para entender de que forma o Chile construiu o texto e está construindo esse processo de uma nova constituição. O professor afirma que a considera como um projeto democrático, ecológico, que deu vozes aos povos originários, às mulheres, aos jovens, aos cientistas, aos estudiosos de diversas matérias, que teve uma participação da academia importante, procurou discutir temas atuais e de vanguarda que ainda não foram testados em outras constituições e alguns que já foram, como por exemplo a questão da natureza como sujeito de direitos e essa questão do bem viver como um objetivo por parte da nova constituição, a partir de uma lógica não ocidental, não capitalista. O Chile olhou para a constituição equatoriana e tomou esse ponto de vista. Continua a palestra dando o caso do Brasil, onde existe uma perspectiva de cultura que não evolui e que devemos manter da mesma forma, quando economicamente estiver dando um bom resultado. E essa foi a perspectiva adotada no Brasil sobre a crueldade animal. É possível ver uma situação de retrocessos que chega a ser “criativa”. A constituição e os artigos que tratam a questão ambiental existem no Brasil, e hoje há um importante trabalho dos tribunais. Assim como os tribunais anteriormente abafaram o avanço da questão ambiental (por exemplo no caso da elétrica de Barra Grande), hoje às vezes se tornam um anteparo para os avanços de ilícitos em matérias ambientais. Essas duas realidades dão a impressão ao professor de ter a percepção de que o Chile pode dar um passo à frente em relação ao Brasil e em relação ao mundo todo. O mundo inteiro deve estar de olho no que está acontecendo no Chile, com uma expectativa muito grande. Quando leu o texto, chamou-lhe a atenção que a nova constituição chilena é toda atravessada por questões ecológicas. Das

la nueva constitución. El profesor hizo un intercambio en Chile y conoce las instituciones. Le llamó la atención al profesor en la época la cuestión del ambiente libre de contaminación (que, a modo de crítica, no entendía el por qué era solo esa la preocupación de Chile con respecto al medio ambiente), la evaluación del sistema de impacto ambiental y la cuestión de las aguas (que, en la práctica, están privatizadas).

El profesor cree que el nuevo texto constitucional es una osadía muy grande, ya que da un gran paso en dirección a la ecologización del derecho en un país que se encontraba en una perspectiva liberal, que evolucionó bastante en la cuestión ambiental comparado con lo que observó en el pasado. En su opinión lo que es interesante es que es una ecologización a partir de una nueva perspectiva, ya que parece que Chile hace eso ahora a partir de una perspectiva bastante plural y democrática. Ese es un elogio que el profesor hace al proceso chileno a partir de un estudio breve para entender de qué forma Chile construyó el texto y está construyendo ese proceso de una nueva constitución. El profesor afirma que la considera como un proyecto democrático, ecológico, que dio voces a los pueblos originarios, a las mujeres, a los jóvenes, a los científicos, a los estudiosos de diversas materias, que tuvo una participación de la academia importante, que buscó discutir temas actuales y de vanguardia que aun no fueron probados en otras constituciones y algunos que ya lo fueron, como por ejemplo la cuestión de la naturaleza como sujeto de derechos y esa cuestión del buen vivir como un objetivo por parte de la constitución, a partir de una lógica no occidental, no capitalista. Chile miró hacia la constitución ecuatoriana y tomó ese punto de vista. Continua su exposición mencionando el caso de Brasil, donde existe una perspectiva de cultura que no evolucionó y que debemos mantener de la misma forma, cuando económicamente estuviere

comissões que foram montadas, sete discutiram questões ecológicas. Comenta que lhe chamou a atenção alguns princípios como o princípio da precaução, gerando um impacto econômico enorme, o princípio da progressividade, os direitos fundamentais formulados pela questão ecológica, os direitos humanos e da natureza, o sistema de justiça, a importância de ter uma justiça ecológica, e a existência de um órgão específico para atuar na proteção do meio ambiente e não ter utilizado o Ministério Público (como é no caso brasileiro), criando uma instituição própria.

Destaca o fato de que o Chile recentemente ratificou o acordo de Escazú, que representou uma mudança de paradigma muito importante porque o país deve instrumentalizar isso e o obriga de fora para dentro. Então muda o governo, a ideologia, mas vai continuar este acordo. Fala novamente do caso do Brasil, onde é muito interessante a decisão recente que reconhece o acordo de Paris na linha da supra legalidade dos tratados internacionais de direitos humanos. Na opinião do professor, considera que a nova constituição chilena foi muito feliz enquanto ao sistema de acesso à justiça, colocando um sistema de justiça que tenha instituições e organizações focadas na questão ambiental, tanto o que julga quanto aquele que patrocina a ação em nome da sociedade e da natureza. Também observou bastante clara a proteção judicial dos direitos dos povos e o acesso à justiça por parte dos povos, coloca a palavra "povos" colocando o interesse nas comunidades dos povos originários. Em palavras do professor, então, o projeto da nova constituição não permeia só a questão ecológica nas 7 comissões, mas também a questão do Estado plurinacional e a questão das autonomias dos povos, mas também a ideia de que a cosmovisão colocada ali não é aquela que vem da ciência, mas de uma visão comunitária, então o Chile tem um precedente de

dando un buen resultado. Y esta fue la perspectiva adoptada en Brasil sobre la crueldad animal. Es posible ver una situación de retrocesos que llega a ser creativa. La constitución y los artículos que tratan la cuestión ambiental existen en Brasil, y hoy hay un importante trabajo de los tribunales. Así como los tribunales anteriormente impidieron el avance de la cuestión ambiental (por ejemplo en el caso de la eléctrica de Barra Grande), hoy a veces se transforman en una mampara a avances de delitos en materias ambientales. Esas dos realidades dan la impresión al profesor de tener la percepción de que Chile puede dar un paso adelante en relación a Brasil y en relación a todo el mundo. El mundo entero debe estar de ojo en lo que está sucediendo en Chile, con una expectativa muy grande. Cuando leyó el texto, le llamó la atención que la nueva constitución chilena está toda atravesada por cuestiones ecológicas. De las comisiones que fueron armadas, siete discutieron cuestiones ecológicas. Comenta que le llamaron la atención algunos principios como el principio de precaución, generando un impacto económico enorme, el principio de progresividad, los derechos fundamentales formulados por la cuestión ecológica, los derechos humanos y de la naturaleza, el sistema de justicia, la importancia de tener una justicia ecológica, y la existencia de un órgano específico para actuar en la protección del medio ambiente y no haber utilizado al Ministerio Público (como en el caso brasileño), creando una institución propia.

Destaca el hecho de que Chile recientemente ratificó el acuerdo de Escazú, que representó un cambio de paradigma muy importante porque el país debe instrumentalizar eso y lo obliga de fuera para adentro. Entonces cambia el gobierno, la ideología, pero va a continuar este acuerdo. Habla nuevamente del caso de Brasil, donde es muy interesante la decisión reciente que reconoce el

comportamento social que considera a natureza daquela forma. É uma quebra de paradigma que olha para atrás.

Destaca mesmo assim que há uma possibilidade de diálogo entre os aspetos culturais, consuetudinários e o lado científico, porque o direito ambiental é muito fortemente ligado com a ciência. Então não é só uma constituição que imita e copia a constituições de fora e respeita isso, é uma constituição que trata sobre esses dois mundos, o mundo cultural e a sensibilidade dos povos originários e, também, demonstra uma visão científica. Também reconhece que a constituição chilena já teve tempo de aprendizagem com os erros de outras constituições que falaram de conceitos que ela inclui, como a constituição equatoriana e boliviana e a da Nova Zelândia. O direito é um fenómeno cultural que retoma e valoriza essa pluralidade de formas de convívio com a natureza. Diz que historicamente é sabido que houveram muitos povos que conviveram de forma mais ou menos harmônica do que a nossa civilização global e dominante o faz.

O professor assinala que a discussão dos direitos da natureza traz obstáculos dogmáticos, filosóficos, ideológicos. Obstáculos como, como é que vou dar direitos para a natureza, quem vão ser os representantes, como isso vai acontecer posto que a personalidade, a pessoa, a dignidade só se atribuem aos seres humanos. Na opinião do professor não é possível atribuir dignidade a partir de uma visão Kantiana, Aristotélica, se o direito não consegue sair de uma visão antropocêntrica, não tem como a natureza ter direitos porque o direito é um fenómeno comunicacional feito entre os seres humanos.

Ali surge como resposta que nós - como sociedade humana - temos direitos estabelecidos para as

acuerdo de París en la línea de la supra legalidad de los tratados internacionales de derechos humanos. En opinión del profesor, considera que la nueva constitución chilena es ambiciosa en cuanto al sistema de acceso a la justicia, colocando un sistema de justicia que tenga instituciones y organizaciones enfocadas en la cuestión ambiental, tanto al que juzga como al que patrocina la acción en nombre de la sociedad y de la naturaleza. También observó bastante clara la protección judicial de los derechos de los pueblos y el acceso a la justicia por parte de los pueblos, coloca la palabra "pueblos" poniendo el interés en las comunidades de los pueblos originarios. En palabras del profesor, entonces, el proyecto de nueva constitución no perma solo la cuestión ecológica en las siete comisiones, sino también la cuestión del Estado plurinacional y la cuestión de las autonomías de los pueblos, pero también la idea de que la cosmovisión puesta ahí no es aquella que viene de la ciencia, sino de una visión comunitaria, entonces Chile tiene un precedente de comportamiento social que considera a la naturaleza de aquella forma. Es un quiebre de paradigma que mira para atrás.

Destaca también que hay una posibilidad de diálogo entre los aspectos culturales, consuetudinarios y el lado científico, porque el derecho ambiental está muy fuertemente ligado con la ciencia. Entonces no es solo una constitución que imita y copia a constituciones de fuera y respeta eso, es una constitución que trata sobre esos dos mundos, el mundo cultural y la sensibilidad de los pueblos originarios y, también, demuestra una visión científica. También reconoce que la constitución chilena ya tuvo tiempo de aprendizaje de los errores de otras constituciones que mencionaban conceptos que ella incluyó, como la constitución ecuatoriana y boliviana y de Nueva Zelanda. El Derecho es un fenómeno cultural que retoma y valoriza esa pluralidad de formas de

personas jurídicas, ficções jurídicas que estabelecemos e o direito institui essas personalidades con finalidades, a personalidade jurídica, as empresas. Todas essas são uma criação humana a partir de uma perspectiva pragmática. Não é filosófica, de acordo com o professor, já que as pessoas têm uma intenção de chegar em um resultado e a partir disso é modificada toda a perspectiva jurídica para estabelecer esses derechos que não sempre existiram. Hoje até se discute dar derechos para seres não humanos no plano da tecnologia como na inteligência artificial por exemplo. Já se admite até uma dimensão de una certa "dignidade" para una empresa quando se fala em dano moral à empresa, à imagem da empresa. De acuerdo con o professor, agora ceder ou negar à natureza esse estatuto é una relación de poder, é sobre quem está decidindo isso e a partir do que, assim o professor tende a concordar que a sociedade chilena, a partir de um processo bastante democrático, está instituyendo esse debate. Essa abordagem inovadora de derechos da natureza tem que ser amplamente democrática, os instrumentos têm que ser muito abertos à participação da sociedade. Não dá para ficar na mão de una instituição apenas.

Diz o professor que no Brasil existe muito medo de empoderar as comunidades dos povos indígenas. Quando se fala em autodeterminação dos povos, entende-se como una ameaça à soberania do país. Na questão dos conflitos sociais, quando se dá voz à natureza, ao protegê-la, você também protege alguns sujeitos de derecho, talvez una tradição ou religião específica, um povo específico, tanto por una questão territorial ou religiosa ou cultural. Então algunas vezes o dano ambiental não é só ambiental: é cultural e material também. Então, muitas vezes na constituição chilena e na equatoriana também quando trata-se sobre o derecho da natureza estamos vinculando isso

convivencia con la naturaleza. Dice que históricamente es conocido que hubo muchos pueblos que convivieron de forma más o menos armónica de lo que nuestra civilización global y dominante lo hace.

El profesor señala que la discusión de los derechos de la naturaleza trae obstáculos dogmáticos, filosóficos, ideológicos. Obstáculos como, cómo es que le daré derechos a la naturaleza, quién o quiénes van a ser los representantes, cómo eso va a suceder puesto que la personalidad, la persona, la dignidad solo se le atribuyen a los seres humanos. En opinión del profesor no es posible atribuirle dignidad a partir de una visión Kantiana, Aristotélica, si el derecho no consigue salir de una visión antropocéntrica, no tiene cómo la naturaleza tener derechos porque el derecho es un fenómeno comunicacional hecho entre los seres humanos.

Aquí surge como respuesta que nosotros – como sociedad humana – tenemos derechos establecidos para las personas jurídicas, ficciones jurídicas que establecemos y el derecho instituye esas personalidades con finalidades, la personalidad jurídica, las empresas. Todas ellas son una creación humana a partir de una perspectiva pragmática. No es filosófica, de acuerdo con el profesor, ya que las personas tienen una intención de llegar a un resultado y a partir de eso es modificada toda la perspectiva jurídica para establecer esos derechos que no siempre existían. hoy hasta se discute dar derechos a seres no humanos en el terreno de la tecnología como en la inteligencia artificial por ejemplo. Ya se admite hasta una dimensión de una cierta dignidad para una empresa cuando se habla de daño moral a la empresa, a la imagen de la empresa. De acuerdo con el profesor, ahora ceder o negar a la naturaleza ese estatuto es una relación de poder, es sobre quién está decidiendo eso y a partir de qué, así el profesor tiende a estar de

diretamente ao direito humano de determinadas comunidades. O professor pergunta: se nós fracassamos em atribuir direitos humanos para as comunidades originárias, será que não precisamos de um reforço ao atribuir direitos para a natureza para sensibilizar um juiz que não se sensibilizou ainda com os direitos dos povos originários? O que lhe chama a atenção também é que essa questão do reconhecimento de direitos da natureza acontece em uma época em que há um amplo reconhecimento dos direitos humanos ecologicamente equilibrados e saudáveis. Muitos países que pertencem à ONU têm em suas constituições de alguma forma um direito fundamental relacionado com um meio ambiente ecologicamente equilibrado, seja direta ou indiretamente. Também na ONU e aqui nas Américas, na Corte Interamericana dos Direitos Humanos há uma ampliação desse direito, desse reconhecimento do direito humano ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Existem vários autores que desde uma perspectiva crítica se perguntavam como podíamos atribuir os direitos fundamentais das coletividades a esse meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Para finalizar, parece-lhe que há essa perspectiva de olhar para o que aconteceu. Existem dois fatos importantes, e menciona a questão do Equador, país que estabeleceu direitos da natureza, o bem viver, a proteção da *Pachamama*, mas poucos anos depois o Estado permitiu atividades de altíssimo impacto ambiental em territórios indígenas, mas não saiu desse argumento, o Equador continuou dizendo “nós protegemos a mãe terra e nós temos uma preocupação muito grande com o bem estar da população”, mas, segundo o professor, parece que o bem estar mudou, voltou a ser o índice de desenvolvimento urbano ou o PIB. O outro caso citado pelo professor é aquela questão de Barra Grande no Brasil em que o Ministério Público (que

acuerdo en que la sociedad chilena, a partir de un proceso bastante democrático, está instruyendo ese debate. Esa abordaje innovador de derechos de la naturaleza tiene que ser ampliamente democrática, los instrumentos tiene que ser muy abiertos a la participación de la sociedad. No se puede quedar con las manos en solo una institución.

Dice el profesor que en Brasil existe mucho miedo a empoderar a las comunidades de los pueblos indígenas. Cuando se habla de autodeterminación de los pueblos, se entiende como una amenaza a la soberanía del país. En la cuestión de los conflictos sociales, cuando se da voz a la naturaleza, a protegerla, tú también proteges a algunos sujetos de derecho, tal vez una tradición o religión específica, un pueblo específico, tanto por una cuestión territorial o religiosa o cultural. Entonces algunas veces el daño ambiental no es solo ambiental: es cultural y material también. Entonces, muchas veces en la constitución chilena y en la ecuatoriana también cuando se refiere al derecho de la naturaleza estamos vinculando eso directamente al derecho humano de determinadas comunidades. El profesor pregunta: si nosotros fracasáramos en atribuir derechos humanos a las comunidades originarias, ¿será que no necesitamos de un refuerzo a atribuir derechos a la naturaleza para sensibilizar a un juez que no se sensibilizó aún con los derechos de los pueblos originarios? Lo que le llama la atención también es que la cuestión del reconocimiento de los derechos de la naturaleza sucede en una época en que hay un amplio reconocimiento de los derechos humanos ecológicamente equilibrados y saludables. Muchos países que pertenecen a la ONU tienen en sus constituciones de alguna forma un derecho fundamental relacionado con el medio ambiente ecologicamente equilibrado, sea directa o indirectamente. También relacionado con la ONU y aquí en las Américas, en la Corte Interamericana de

tem uma atribuição específica na constituição da tutela ambiental) em um determinado momento, em um caso que envolvia uma grande infraestrutura no Brasil, estabelece um acordo com o Ministério do Meio Ambiente e a empresa, uma hidrelétrica que não poderia ter sido construída no país porque toma uma área prioritária de conservação. Uma série de vícios que ocorreram durante o processo de avaliação do impacto ambiental, são “sanados”, o Ministério Público faz um acordo, “faz a vista grossa”. O próprio Estado que tinha obrigação de fazer acabou fazendo o contrário, então o professor finaliza mencionando a questão da captura que o professor Jorge Aranda coloca muito bem nos seus estudos.

Palavras finais

Ao final da mesa redonda, Jorge Aranda agradeceu aos palestrantes pelas apresentações e pela participação e questionamentos do público.

Rever o documento com as principais regulamentações ambientais da nova Constituição proposta neste [link](#)

Derechos Humanos hay una ampliación de ese derecho, desde el reconocimiento del derecho humano al medio ambiente ecológicamente equilibrado. Existían varios autores que desde una perspectiva crítica se preguntaban cómo podíamos atribuir los derechos fundamentales de las colectividades a ese medio ambiente ecológicamente equilibrado.

Para terminar, le parece que existe esa perspectiva de mirar a lo que ocurrió. Existen dos hechos importantes, y menciona la cuestión del Ecuador, país que estableció derechos directos de la naturaleza, el buen vivir, la protección de la Pachamama, pero pocos años después el Estado permitió actividades de altísimo impacto ambiental en territorios indígenas, pero no salió de ese argumento, el Ecuador continuó diciendo “nosotros protegemos a la madre tierra y tenemos una preocupación muy grande con el bien estar de la población”, pero, según el profesor, parece que el bien estar cambió, volvió a ser el índice de desarrollo urbano o el PIB. El otro caso citado por el profesor es aquella cuestión de Barra Grande en Brasil en que el Ministerio Público (que tiene una atribución específica en la constitución de tutela ambiental) en un determinado momento, en un caso que implicaba una gran infraestructura en Brasil, establece un acuerdo con el Ministerio del Medio Ambiente y la empresa, una hidroeléctrica que no podría haber sido construida en el país porque toma un área prioritaria de conservación. Una serie de vicios que ocurrieron durante el proceso de evaluación del impacto ambiental, son sanados, el Ministerio Público llega a un acuerdo, hace la vista gorda. El propio Estado que tenía la obligación de hacer acabó haciendo lo contrario, entonces el profesor termina mencionando la cuestión de la captura que el profesor Jorge Aranda menciona muy bien en sus estudios.

Palabras de cierre

Al concluir la mesa redonda, Jorge Aranda agradeció las presentaciones de los panelistas y la participación y preguntas del público. Invitó a todos a leer la revista de derecho de la Universidad de Chile, Revista Chilena de Derecho Ambiental, e hizo un llamado a enviar artículos.

Revista el documento con las principales normas ambientales de la propuesta de nueva Constitución en este [enlace](#).